

# Habitus, planejamento e governança urbana

Habitus, planning and public governance

Nilton Ricoy Torres

## Resumo

Este artigo é organizado em duas seções. A primeira avalia as teses avançadas por Bourdieu, formuladas a partir de sua teoria estrutural construtivista. São analisados os conceitos de *habitus*, de "campo" e o da "dinâmica das lutas pelo poder e dominação". O objetivo é avaliar em qual medida as proposições de Bourdieu ajudam a entender a prática de planejamento urbano no Brasil. Na segunda parte são discutidas seis hipóteses elaboradas em torno dos conceitos de *habitus* e campo social, de Pierre Bourdieu, que explicam a relação dialética entre o agente e a estrutura. A discussão é realizada tomando como referência a história da prática de planejamento brasileira e, em particular, a de São Paulo. Os conceitos de *habitus* e de campo são abordados em detalhes e articulados aos conceitos de relações de poder, dominação e ao de lutas de classes, que são de especial importância para a compreensão dos processos de mudança da estrutura social. O trabalho procura esboçar um esquema que possa servir de referência para pensar a prática de planejamento como um campo de posições e de lutas entre forças que buscam a conservação e forças que buscam a transformação social.

**Palavras-chave:** *habitus*; campo social; planejamento; governança urbana; poder.

## Abstract

*This paper is organized in two sections. The first deals with the propositions advanced by Bourdieu by focusing on his theory of structural constructivism. It draws on Bourdieu's theory of habitus, "field" and "the dynamic of struggles and within the field" in order to assess the extent to which Bourdieu constructs can help to understand the dynamic of planning practice in Brazil. The second section evaluates six working hypothesis dealing with Bourdieu concepts of social field and habitus which explain the dialectical relation between structure and agency in the planning process. The empirical analysis and the theoretical confrontations are simultaneously developed by taking the experience of Brazilian planning practice and particularly that of São Paulo city. The concepts of field and habitus in planning are analyzed in detail, in articulation with the concepts of power, domination and class struggle, which according to Bourdieu, are central for understanding the process of change of the social structure. The paper attempts to sketch a reference framework for analyzing the practice of planning as a field of struggles between forces seeking to keep and forces seeking to change the social structure.*

**Keywords:** *habitus*; social field; planning; urban governance; power.

## Introdução

Este trabalho discute as práticas de planejamento como governança dentro da administração pública, tomando por base os conceitos de *habitus* e de "campo social", desenvolvidos por Pierre Bourdieu. O objetivo é identificar a natureza e o *modus operandi* dessa prática, tendo em vista esclarecer o papel social dos agentes de governança urbana nos processos de transformação das estruturas sociais. Os conceitos de *habitus* e de campo social são analisados a partir das lutas travadas dentro do campo do planejamento e da governança, lutas essas voltadas para acumulação de poder e dominação. Para desenvolver este estudo são destacados e avaliados, na primeira parte do texto, os principais conceitos da teoria estrutural construtivista de Bourdieu. Na segunda parte são discutidas seis hipóteses acerca do planejamento e da governança urbana como um campo social. Essas hipóteses são extraídas das proposições teóricas de Bourdieu e confrontadas com a realidade da governança urbana que, no texto, tem como base empírica de análise a experiência de planejamento e governança urbana na cidade de São Paulo.

Articulando as ideias de revolução científica e de superação de paradigmas de Kuhn (1970) às de lutas, dentro do campo para superação de *habitus* e posições de Bourdieu, o estudo avalia em qual medida as práticas específicas dos gestores de planejamento, dentro do campo da governança urbana, podem contribuir para transformar ou perpetuar as relações sociais vigentes. Não se pretende, aqui, elaborar uma resenha interpretativa da história do planejamento na administração pública no Brasil,

mas esboçar um esquema de interpretação a partir de alguns fatos e circunstâncias históricas, de maneira a contribuir para o entendimento de alguns aspectos da prática de planejamento como governança urbana no Brasil.

O teste dessas hipóteses é realizado a partir do cotejo com a realidade vivida pela prática de planejamento e governança urbana, tanto nos campos profissional como acadêmico. Essas experiências se vinculam às práticas dos agentes nas universidades, nas instituições públicas do estado ou nos movimentos sociais autônomos. A seguir, uma síntese operacional do método de Bourdieu é apresentada, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas em campos como geografia, ciência da gestão, planejamento, políticas públicas que têm como fundamento as questões sociais no espaço urbano.

## Bourdieu e a metateoria da prática

O estruturalismo crítico de Bourdieu busca o desvelamento da articulação entre os processos de mudança social e as estruturas objetivas subjacentes a esses processos pela análise dos mecanismos de dominação, de produção de ideias e da gênese das condutas. O principal objetivo é superar a oposição entre objetivismo e subjetivismo das ciências sociais. O conceito de *habitus* é desenvolvido como uma noção mediadora entre os determinismos estruturais e comportamentais, com o objetivo de romper a dualidade de senso comum entre o agente e a estrutura social. Ao captar "a interiorização da exterioridade e a exteriorização da

interioridade", o *habitus* busca articular o modo como a sociedade se torna depositada nos agentes sociais sob a forma de disposições duráveis e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir. Essas capacidades irão, então, guiá-los em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações da estrutura social em que estão inseridos.

O método de análise é empírico e sistêmico e o pressuposto fundamental é que a dinâmica social se dá no interior de um grupo social (campo), no qual os indivíduos (agentes), como portadores de atributos específicos (*habitus*), estabelecem confrontos pela hegemonia do campo. O campo é composto por valores ou tipos específicos de capital produzidos pelo campo. A dinâmica social é marcada por lutas entre os agentes que buscam a manutenção ou alteração das formas de distribuição do capital e das relações de força dentro do campo. As lutas e os conflitos travados no campo são comandados por estratégias que encontram, no *habitus*, o elemento determinante da ação. O campo é constituído de posições ocupadas pelos agentes e são essas posições que determinarão a forma de conduta dos indivíduos e grupos dentro do campo. Aos conceitos de *habitus* e de campo, Bourdieu agrega uma constelação de conceitos secundários que evoluem articulados entre si para fundamentar o entendimento relacional do fenômeno social.

## Habitus

O conceito é desenvolvido para escapar do racionalismo objetivista do estruturalismo, o qual reduz o indivíduo às determinações da estrutura, mas também para evitar a filosofia

da consciência que faz recair sobre o sujeito a construção da realidade. O *habitus* é um esquema historicamente constituído de compartilhamento generativo de percepções, de apreciações e de categorizações, que serve para mediar entre a estrutura e a agência, isto é, para conectar a estrutura social e o agente em um relacionamento dialético (Bourdieu, 1984; Hillier e Rooksby, 2001, p. 2). Para Bourdieu, o *habitus* é uma matriz de disposições, adquirida com as experiências sociais inculcadas e que pode ser entendida como sabedoria prática. Essa matriz define os modos de perceber, sentir e pensar que levam o agente a atuar de determinada maneira diante de certas situações. As disposições não são mecânicas nem deterministas, pois resultam de um processo complexo de mútua incorporação e interdependência entre a estrutura e o agente. O agente as adquire pela interiorização das estruturas sociais. Essas estruturas, como portadoras da história individual e coletiva, são internalizadas a ponto de o agente ignorar que existem. São rotinas corporais e mentais inconscientes que permitem o agir sem pensar, pois são produto de uma aprendizagem da qual o agente não tem mais consciência e expressa-se por uma atitude "natural" de conduta em um determinado meio.

O *habitus* é um sistema de disposições duráveis e transferíveis que opera como suporte das práticas e representações sociais vinculadas a uma forma específica de existência. O *habitus* é condicionante e condicionador de nossas ações e aparece sob a forma de símbolos, crenças, gostos e preferências que caracterizam a posição social do indivíduo. É incorporado pela interação social, mas, ao ser incorporado, funciona para classificar e

organizar essa interação. Uma vez incorporado, o *habitus* se torna parte da natureza dos agentes. A incorporação do *habitus* ocorre de duas formas. A primeira, pela educação familiar e regras de classe, e acontece de maneira implícita e inconsciente; a segunda é um processo explícito, metodicamente organizado e provém da educação escolar, da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa.

Como disposições flexíveis e plásticas, os *habitus* se manifestam no cotidiano das relações sociais de diversas formas. Eles emergem sob a forma de conhecimento tácito e uma visão de mundo. Expressam-se por meio de reações às experiências, percepções do jogo, hipóteses, por intuições, sensibilidades, modos de fazer, sentimentos, predisposições, expectativas, senso de possibilidades e de lugar, antecipações práticas de uma situação, percepção do *timing* e do tempo, gostos e desejos, do conhecimento das posições, do sentido lógico, das aspirações, inspirações, táticas e estratégias. O *habitus* é o elemento vital na organização da vida social, pois atua como uma lei imanente para orientar as ações do cotidiano e para construir o conhecimento prático que capacita o agente a operar no mundo. Assim, o *habitus* condiciona os agentes sociais de modo a determinar seu *modus operandi*, suas motivações, suas preferências, aspirações e expectativas. O *habitus* não possui soluções prontas para cada situação ou contexto. Ele é uma resposta improvisada à circunstância do momento. O *habitus* é, basicamente, adaptativo. Ele se modifica e adapta-se a cada nova situação e a cada mudança na estrutura social: novos comportamentos, novas tecnologias, novas realidades, novas condições, novas restrições. O ator deve e é constantemente compelido a

inovar seu *habitus* para se adaptar às novas situações e demandas sociais. A reflexividade crítica no processo de adaptação do *habitus* acelera a transformação. Dessa forma, o *habitus* é um atributo dinâmico: quando o ator entra em um campo ou jogo que não é familiar, há uma transformação no *habitus* e o agente desenvolve novas facetas de si próprio. Com a mudança do *habitus*, o ator altera sua maneira de ver, perceber, julgar e valorizar o mundo, determinando, então, seu modo de agir corporal e mental. Desse modo, os *habitus*, como estruturas sociais incorporadas, podem ser vistos como formas "de conhecimento prático... de mundos sociais resultantes... da divisão em classes (grupos de idade, gêneros, classes sociais) e que funcionam abaixo do nível de consciência e do discurso" (Bourdieu, 1984). O *habitus* é, portanto, o mecanismo transmissor e "inculcador" das normas, dos valores e das crenças do grupo social que agem durante o processo de socialização do indivíduo e vão se tornar os princípios de ação, de atitudes e opiniões do indivíduo em sua práxis cotidiana. O *habitus*, assim interiorizado, é convertido em uma disposição que produz práticas que vão dar sentido à realidade e às percepções que geram significado (ibid.).

O *habitus* não é um espaço natural, mas, ao contrário, é um espaço social construído, incorporado pelas estruturas mentais. É um mecanismo que permite a produção e a reprodução das práticas sociais, pois é uma percepção estruturada sobre o modo de agir e comportar-se dentro das normas estabelecidas do campo social. O *habitus* é constituído por meio de ações miméticas e participativas em consonância com as lógicas de interação social dentro do campo. É pela prática da repetição

que o agente aprende uma maneira de ser e de fazer, percebida como correta. Nesse processo, o agente incorpora uma visão de mundo, um modo de ser, de fazer, o qual, no contexto da práxis, diferencia-o e torna-o distante de outros que adotam diferentes formas de ser e de fazer.

Pela via do *habitus*, o agente ocupa seu espaço no campo social e permite que os demais também ocupem seus espaços, em uma relação de complementaridade e reciprocidade. Por isso, o *habitus* determina e regula tanto o indivíduo como o grupo (portanto, as práticas coletivas). Como os *habitus* sofrem influências de diferentes ambientes, decorre que "... as diferentes condições de existência produzem *habitus* diferentes" (ibid.). Assim, as inclinações se transformam em gostos, ações e formas de ser particulares que, por sua vez, reforçam o *habitus* e mantêm a ordem social existente. O agente social é múltiplo e variável e pode desenvolver "múltiplos *habitus*", pois ele não está inextricavelmente imerso em um único *habitus*, mas pode se mover de um *habitus* para outro e desenvolver comportamentos adaptativos dentro de um mesmo *habitus*.

O *habitus* está sempre em busca da superação das antinomias que se manifestam na tensão entre os eventos do passado e o problema do futuro. Nesse sentido, Bourdieu argumenta que o *habitus* pode mudar à medida que as condições sociais e históricas são alteradas (Bourdieu, 2009). Por esse processo, o *habitus* incorpora outros esquemas de percepção e ação, que contribuirão para a conservação ou a transformação das estruturas do campo social. Dessa maneira, o conceito de *habitus* serve para analisar tanto situações de crise e mudança quanto de coesão e perpetuação do jogo e das relações de poder dentro do campo social. Ao

legitimar a ação do agente em suas relações com a sociedade, o *habitus* contribui para ressignificar essa ação no sentido da manutenção ou da mudança no modo de agir desse agente no campo social. Sendo assim, Bourdieu define o *habitus* como o produto da internalização, pelo indivíduo, das condições históricas e sociais realizadas ao longo de sua trajetória pessoal e social. Além de produto (consequência) da história que produz as práticas individuais e coletivas, o *habitus* também produz (causa) história em conformidade com os esquemas por ela engendrados. Em outras palavras, o *habitus* é estruturado (resultado) pela incorporação das estruturas sociais e pela posição de origem do sujeito e é também "estruturador (causa) das ações e representações dos sujeitos".

Como o *habitus* atua como uma espécie de regulador da ação social, tanto na dimensão subjetiva como objetiva, ele pode ser usado para analisar as atitudes subjetivas capazes de estruturar as representações e a geração de novas práticas. Cada sujeito vivencia experiências, em função de sua posição na estrutura social e essas experiências se efetivam em sua subjetividade, constituindo uma espécie de "matriz de percepções e apreciações". Essa matriz servirá de guia para orientar as ações do agente nas situações posteriores. Por terem o *habitus* como fundamento, as práticas e as representações podem ser orientadas para seu objetivo sem terem de envolver, por um lado, um direcionamento manifesto e consciente em relação aos fins e, por outro, o controle expresso das operações necessárias para atingi-los. Essas disposições são objetivamente reguladas e regulares, mas não são produtos da obediência às regras; são coletivamente orquestradas sem resultar da ação diretriz.

## O campo

Para Bourdieu, campo é o espaço que delimita a estrutura na qual o *habitus* opera. É um espaço social estruturado dentro do qual os atores lutam para atingir seus objetivos. É o *locus* da práxis em que se faz a mediação entre o ator e a estrutura. O campo possui estrutura própria e autonomia em relação a outros espaços sociais e conta com uma lógica específica de funcionamento e estratificação, a qual funciona como princípio para regular as relações entre os agentes sociais dentro desse espaço.

O campo é uma estrutura social modelada pela dinâmica das práticas e interações sociais, no qual prevalecem regras específicas que determinam o que é prático, objetivo e racional; o que é adequado, aceitável ou reprovável; o que deve ser estimulado ou coibido; e vão consolidar o *habitus* particular de um contexto. Um campo pode ser entendido como uma arena de disputas na qual os agentes jogam, desenvolvem estratégias e lutam pelos recursos cobiçados: bens simbólicos e posições sociais. No interior do campo, os indivíduos lutam pelo controle da produção e pela legitimação dos bens produzidos dentro do campo. Esses bens são constituídos por diversos tipos de capital: cultural, econômico e social. Esses capitais possuem graus diferenciados de importância em cada campo e a posse dos mesmos determina a posição social do indivíduo dentro do campo. Os indivíduos que possuem quantidades significativas de capitais considerados importantes no campo ocuparão posições dominantes dentro do mesmo. O campo constitui, desse modo, um sistema de hierarquias entre dominantes e dominados. Por isso, o campo é

definido como um domínio de contestação e pode ser visto como uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições. Essas se caracterizam pelos constrangimentos que impõem sobre seus ocupantes (agentes ou instituições), tendo em vista: 1) a situação presente ou potencial (*situs*) do agente na estrutura da distribuição de poder (ou capital), cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo; e, 2) a relação objetiva com outras posições (Wacquant, 2002).

Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, os atores se diferenciam pela posse de capital econômico e de capital cultural. Os sujeitos ocuparão posições mais próximas em função da quantidade e espécie de capitais que detêm e estarão mais distantes no campo social, quanto mais desigual for o volume e o tipo de capital que possuírem. Assim, pode-se dizer que a riqueza econômica (capital econômico) e a cultura acumulada (capital cultural) geram internalizações de disposições (*habitus*) capazes de diferenciar as posições ocupadas pelos homens. Bourdieu explica que os agentes constroem a realidade social por meio de lutas e de relações, visando impor sua visão de mundo, mas eles o fazem sempre a partir de pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mundo (campo) que pretendem transformar ou conservar (Bourdieu, 1989).

Bourdieu busca superar a dicotomia entre o subjetivismo e o objetivismo, fazendo interagir os sistemas: 1) de posições objetivas; e 2) de disposições subjetivas dos indivíduos. O *habitus* que existe dentro de um campo atua como um mediador entre: 1) o sistema invisível das limitações estruturais (que molda as ações do indivíduo e das instituições), e 2) as

ações visíveis desses atores (que estruturam as relações). Decorre então que o campo não é uma estrutura estática, mas o resultado da história das diversas posições (que o constituem) e das disposições que elas privilegiam (cf. Bourdieu, 2001, p. 129). A existência e os limites de um campo são estabelecidos pelos interesses nele contidos, pelos investimentos econômicos e psicológicos dos agentes e pelas instituições nele inseridas. Para Bourdieu, os campos se estabelecem por processos de diferenciação social e pelas formas de ser e de conhecer o mundo de seus membros, que vão, então, determinar seu objeto específico e seu princípio de compreensão. Os campos assim determinados tornam-se espaços estruturados de posições as quais, em um dado momento, constituem um microcosmo social de valores (capitais e cabedais), de objetos e interesses específicos (Bourdieu, 1987).

Bourdieu constrói o conceito de campo a partir de uma visão construtivista do estruturalismo, de forma a permitir que os campos sejam analisados como estruturas objetivas, separadamente das características de seus ocupantes. A análise se concentra nas estruturas dos diferentes campos, enfocando-as como produto da incorporação (gênese) das estruturas preexistentes (ibid.). Os campos são concebidos como "universos" (universo das artes, da política, da música, da ciência) e constituem-se como espaços autônomos no interior do mundo social. A sociedade é, portanto, vista como constituída por diversos campos (universos ou espaços) de relações concretas, possuidores de uma lógica de funcionamento própria que é incomensurável, não reproduzível e irreduzível à lógica que rege os demais campos. Por isso o campo é definido como: 1) um "campo

de forças" no qual se exerce a dominação; 2) uma estrutura que constriange a ação dos agentes nele envolvidos; (3) um "campo de lutas" entre os agentes que atuam de acordo com suas posições no campo de forças, buscando conservar ou transformar a estrutura (Bourdieu, 2010, p. 50). Todo campo é definido por uma estrutura de espaços relacionais internos (na qual os agentes e instituições coexistem em diferentes posições na estrutura) e pelo espaço externo (que não é campo) (ibid.). Internamente, o campo é constituído por uma estrutura objetiva de posições e por uma estrutura subjetiva de disposições, que se interagem mutuamente em constante articulação. Nesse processo, o campo estrutura o *habitus* e esse constitui o campo (Bourdieu, 1992). O campo é, portanto, a exteriorização ou objetivação do *habitus* e esse é a internalização ou incorporação da estrutura social. Assim, a posição do agente no campo é, ao mesmo tempo, causa e consequência do *habitus*, pois limita e gera o *habitus* da classe em que se posiciona o agente.

A posição de um agente no campo determina o modo como ele acessa e consome os objetos sociais e culturais e o modo como ele produz e acumula valores (Bourdieu, 1984). O campo é o lugar onde se travam as disputas objetivas entre os agentes (indivíduos, grupos ou instituições) que competem pelo controle de um cabedal específico (ibid.). Dentro do campo os agentes são vistos como portadores de *habitus* homogêneos, porque valorizam e jogam os jogos do campo na disputa por posições e capital.

O campo possui propriedades universais (presentes em todos os campos) e características particulares (específicas de um campo).

São propriedades universais de um campo: 1) o *habitus* específico; 2) a estrutura; 3) as leis que regulam a luta pela dominação; e 4) a *doxa*, ou a opinião consensual. As propriedades específicas são definidas pelos *nomos* (leis gerais que governam o funcionamento do campo). A *doxa* é tudo aquilo em que os agentes de um campo estão de acordo. Define uma espécie de entendimento coletivo, um senso comum. A *doxa* envolve aquilo que é aceito como natural ("sendo assim mesmo"), tal como os sistemas de classificação da realidade. A *doxa* é desenvolvida para elucidar a ideia marxista, de "ideologia" (como "falsa consciência"), pois é entendida como um ponto de vista particular, o ponto de vista da classe dominante, a qual se apresenta como ponto de vista universal, pertencente a todos que integram o campo (Bourdieu, 2010). Os *nomos* são as regras gerais e estáveis que regulam a operação do campo. Todo campo tem um *nomos* distinto porque cada campo tem uma evolução histórica diferente. O campo artístico, no século 19, tinha como *nomos*: "a arte pela arte"; a arquitetura moderna do século 20 exibia como *nomos* "a busca da racionalidade entre a forma e a função". Esses *nomos* devem ser aceitos e legitimados por intermédio de processos históricos de lutas desenroladas no contexto social do campo. O *nomos* é como um princípio de visão e divisão que nos é inculcado por um trabalho de socialização.

Todo campo social pode ser subdividido em subcampos menores, com as mesmas características do campo que os circunscreve. Como espaços sociais constituídos por uma estrutura de relações gerada pela distribuição de diferentes espécies de capital, os campos e os

subcampos se caracterizam por lutas de classes entre os agentes. Alguns buscam manter, outros modificar a estrutura do campo com o objetivo de alterar o princípio hierárquico (econômico, cultural, simbólico) de posições dentro do mesmo. As classes dominantes são aquelas que impõem sua tipologia de capital como critério de hierarquização do campo. Essa luta é travada no campo político e resulta, na maioria das vezes, em luta pelo poder.

O campo é marcado: 1) pelas relações de força que emergem das lutas internas; 2) pelas estratégias (de defesa ou subversão) utilizadas; 3) pelas pressões externas sofridas; 4) pela interpenetração dos conflitos com outros campos; e 5) pela articulação de ideias com outros campos. A autonomia do campo depende do volume e da estrutura do capital dominante. A busca de autonomia impõe constante interpretação da realidade e um processo de refração das interrelações, influências e contaminações introduzidas em cada campo específico. A vida dentro do campo não é determinada pelas pressões externas, mas pela tradução refratada da própria ordem interna dessas pressões. A história, o *habitus* e as estruturas do campo trabalham como uma espécie de prisma de filtragem dos eventos exteriores (Bourdieu, 1984). As lutas externas (econômicas, políticas, etc.) contribuem para alterar a relação de forças internas ao campo, mas essas influências são sempre mediadas pela estrutura do campo, que se interpõe entre a posição social do agente e sua conduta. A autonomia relativa do campo resulta de sua capacidade de estabelecer suas próprias regras, ainda que sob a pressão ou influência de outros campos.

## Prática social

Para Bourdieu, o *habitus* é o princípio gerador e estruturador das práticas e das representações (Bourdieu, 1970). Como o *habitus* é a mediação entre a estrutura e a prática do agente, a prática se realiza na medida em que o *habitus* entra em contato com uma situação. Por essa razão, a prática é entendida como o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*.

A relação entre o *habitus* e a prática provoca e possibilita ações na sociedade. O *habitus* trabalha com as probabilidades e as possibilidades de ação, é inconsciente e expressa-se por diversas formas: no estilo de vida, nos gostos, nas maneiras de fazer as coisas, ou seja, está na ação humana. A prática social resulta das ações e interações entre os agentes. Essas ações e interações são modeladas pelo *habitus* e pelo capital dos agentes. A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação imediata, uma vez que ela é o produto da relação dialética entre uma situação e o *habitus*, e é ela que torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem entender e resolver os problemas (Bourdieu, 2001).

## Percepção de jogo

O campo é constituído por jogos de poder entre os agentes. Todo campo possui seu(s) jogo(s). A noção de percepção de jogo se refere "... não apenas à capacidade de entender e seguir as regras", mas também ter "... consciência e

compreensibilidade do jogo de todos os atores envolvidos" (Hillier e Rooksby, 2001). A percepção de jogo vem com a experiência. Por exemplo, ela permite saber quando é válido quebrar as regras. Ela permite também dizer "... o que é possível e o que não é (ibid.)". "A percepção de jogo é relacionada à posição do ator dentro do campo e depende do ponto de vista que o ator tem do campo" (ibid.).

A *illusio* é o conceito que vincula diretamente o ator ao jogo que se joga dentro de um campo. São crenças compartilhadas que se inscrevem no *habitus* do campo, das quais não se tem uma consciência clara de suas procedências e determinações. A *illusio* é a incorporação acrítica de "verdades" de outrem, o encantamento transitivo que projeta como natural o microcosmo que se vive no campo. A *illusio* é o produto não consciente da adesão à *doxa* e ao *habitus* específico do campo, cristalizados em suas regras e valores. A *illusio* é, portanto, o ajustamento das esperanças às possibilidades limitadas que o campo oferece. Assim, não somos capazes de discuti-la, pensá-la e entendê-la crítica e conscientemente (Bourdieu, 2001). A *illusio* significa estar envolvido no jogo, é investir nos alvos que existem no jogo, alvos que só existem para as pessoas que possuem os mesmos *habitus* e, por isso, podem reconhecer os alvos que estão em jogo (Bourdieu, 2010). Todo ator que adentra um campo social tende a incorporar essa relação chamada de *illusio*. Os agentes em disputa buscam inverter as relações de força, subverter a ordem e fazer a revolução dentro do campo, porque eles reconhecem os alvos da luta e não são indiferentes a eles. Essa relação com o campo significa que os agentes envolvidos nas disputas concordam com as regras essenciais do campo, e o que

está em jogo é tão importante a ponto de querer fazer uma revolução.

## Capital

Para Bourdieu, o "interesse" significa "capital", tanto no sentido econômico como no cultural, social, político, simbólico, etc. Acumular capital é o alvo fundamental dos agentes de um campo e, para ascender ou manter posições na estrutura do campo, os agentes devem participar dos jogos. É uma luta explícita que se trava no plano material e político, mas também no simbólico, no qual se confrontam os interesses de conservação (reprodução) e os interesses de mudança (subversão da ordem dominante no campo).

O conceito de capital de Bourdieu fundamenta-se em uma visão econômica. O capital é acumulado (por operações de investimento), é transmitido (por herança) e reproduzido (pela habilidade de seu detentor de investir). A valorização e acumulação dos vários tipos de capital ocorrem de diversas maneiras: investimento, extração de mais-valia, etc. Etimologicamente, o conceito de capital é idêntico ao de cabedal (ou conjunto de bens) e envolve um sofisticado sistema de conceitos acerca dos elementos portadores de valor que extrapola a visão puramente econômica. Nesse sistema estão incluídos: 1) o capital cultural: conhecimentos, habilidades, informações, etc., vinculados às qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família e pelas instituições educacionais; 2) o capital social: os acessos sociais, isto é, os relacionamentos e a rede de contatos; 3) o capital simbólico: rituais

de reconhecimento social, tais como o prestígio, a honra, autoridade, etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais, na medida em que ele os incorpora e constitui-se pela conversão dos demais. A educação de um agente, por exemplo, representa seu capital cultural; já o valor simbólico de uma obra de arte pode significar pertencimento a uma classe. A honra, a reputação, o prestígio são formas de capital simbólico que obedecem a uma lógica específica de acumulação fundada no conhecimento e no reconhecimento do outro.

## Relações de força, poder e dominação

Todo campo é uma arena de conflitos permanentes entre os grupos que mobilizam estratégias para conservar ou subverter as estruturas sociais. Dentro do campo, as relações de força entre os agentes e as instituições determinam a estrutura do mesmo. Essas relações envolvem lutas pela hegemonia em busca do controle do poder de ditar as regras e de repartir o capital específico do campo. O modo como o capital é repartido condiciona as relações entre os agentes, determinando sua estrutura (Bourdieu, 1984). Como o capital é distribuído de forma desigual, relações de competição e de força estabelecem-se entre os grupos dominantes que buscam defender seus privilégios e os demais grupos. Para Bourdieu, a dominação é exercida sempre mediante violência, seja ela bruta, seja simbólica, e manifesta-se pela coação física sobre os corpos, ou pela coação espiritual sobre as consciências. O campo é o palco de confrontos entre os agentes que detêm o poder e os

que não o detêm. Os agentes que possuem o capital específico do campo dominam o mesmo pela via da autoridade; os demais agentes despossuídos de tal capital competem pela posse do mesmo, tendo em vista dominar o campo (ibid.). A dominação em um campo é, em geral, subliminar, implícita, sutil, mas violenta. Tal violência é simbólica e legítima dentro de cada campo e pertence à natureza do sistema de relações sociais. Por esse sistema, as práticas e as instituições dentro de um campo sempre favorecem a acumulação de todos os tipos de capital pelos agentes dominantes. A violência simbólica (a opressão) é sempre exercida com o consentimento e a aquiescência dos que são dela objeto: os oprimidos. Ela emerge nos discursos da competência científica, da autoridade burocrática-legal, da supremacia do conhecimento oficial. Por isso, para Bourdieu a dominação não é produto da luta aberta de classes (dominantes *versus* dominados), mas emerge da interação de um sistema complexo de ações infraconscientes dos agentes e das instituições dominantes sobre todos os demais (Bourdieu, 1996).

Segundo Bourdieu, os agentes e as instituições dominantes tendem a inculcar a cultura dominante, a fim de reproduzir o *habitus* e, portanto, as desigualdades sociais nas maneiras de falar, de trabalhar e de julgar (ibid.). As instituições do campo (a família, a escola, a igreja, o meio social) não só reproduzem as desigualdades sociais, mas também legitimam, de forma subliminar e inconsciente, sua reprodução. Desse modo, as instituições são vistas como agentes da dominação. A desigualdade não está somente nas diferenças de posição e de acesso ao campo, mas é parte integral e pertence à gênese do próprio sistema.

## *Habitus* e prática no campo do planejamento e da governança urbana

Esta seção focaliza o planejamento pela prática da gestão urbana, tendo como referência as proposições avançadas por Pierre Bourdieu. O objetivo é testar os elementos explicativos e generativos da teoria de Bourdieu, tendo em vista as práticas de governança empreendidas por meio do planejamento e avaliar em qual medida as respostas fornecem elementos para esclarecer situações específicas dessa prática. O foco da análise é a práxis dos agentes que, direta ou indiretamente, participam do universo do planejamento como governança urbana, e o alvo é esclarecer as razões que determinam as formas de ação desses agentes. O próprio universo é objeto de reflexão. Busca-se analisar a estrutura do planejamento como campo de práticas e avaliar em qual medida essa estrutura é dependente da esfera do estado. O texto a seguir avalia seis hipóteses sobre a prática do planejamento como processo de governança urbana, formuladas, explicitamente, a partir do referencial analítico de Bourdieu. Os testes dessas hipóteses são desenvolvidos com referência a episódios, situações e eventos das experiências vividas pelos agentes, ao longo da história recente da prática do planejamento e governança na cidade de São Paulo.

- Hipótese 1: Os agentes que integram o campo de planejamento e gestão urbana incorporam *habitus* comuns a todos os membros, independentemente de suas concepções ideológicas ou posição.

As evidências sugerem que os gestores da governança urbana, tanto conservadores

como os progressistas, percebem o planejamento como um "instrumento estratégico", com a missão de organizar e disciplinar o território socioeconômico. A experiência de planejamento em São Paulo tende a confirmar essa hipótese. Da análise dos relatos, discursos e das práticas, na esfera governamental, observa-se uma confluência de percepções, entendimentos e de ações entre os agentes do campo de planejamento. A ideia recorrente e consensual é que o planejamento, como instrumento de governança, é um processo de articulação racional de meios, tendo em vista disciplinar e dirigir o objeto social de sua ação: o urbano. Ao longo dos anos, a maioria dos produtos que emergem do campo do planejamento constitui manifestações sobre a necessidade de "racionalizar" e "organizar" o desenvolvimento urbano, a fim de evitar "deseconomias", "desperdícios", "exclusões" e "danos" aos diversos usos e interesses em conflito na cidade. O objetivo maior é obter um desenvolvimento "coeso", "harmonioso", "articulado" e "funcional" do espaço para "racionalizar" as ações dos diversos atores do meio urbano.

Da leitura dos planos diretores e das políticas e programas públicos produzidos ao longo dos últimos 30 anos na cidade de São Paulo, observa-se a lógica manifesta da intervenção e do controle (PMSP, 2004). O *habitus* que emerge dessa prática de planejamento, independentemente dos regimes administrativos que se sucederam, sugere haver uma percepção homogênea e um entendimento comum sobre o papel "estratégico" do planejamento como instrumento destinado a promover e coordenar articulação das diversas cidades dentro da cidade. Como informa Bourdieu, o agente, para participar de um campo, incorpo-

ra um sistema de disposições específicas desse campo, que o possibilita não só participar, mas disputar o jogo inerente ao campo. Tomando o planejamento por um campo social, como propõe Bourdieu, não parece inconsistente concluir que os planejadores incorporam um *habitus* comum a todos os membros do campo: o de o planejamento ser uma ferramenta estratégica para propor alternativas técnicas e soluções lógicas, razoáveis e racionais para as questões do desenvolvimento urbano.

Percebe-se que o *habitus* não depende da postura ideológica do agente, pois está inculcado, incorporado, assimilado como uma disposição nas percepções que o agente traz como visão de mundo e determina como natural ter, o planejamento, o papel de planejar, prever, organizar, proporcionar solução, pois não teria sentido ser seu contrário. Os *habitus* são rotinas mentais inconscientes que permitem ao planejador agir sem ter de refletir sobre sua ação. Governar parece ser uma atitude natural, razoável e inquestionável de quem busca soluções "adequadas" para o objeto da intervenção. Afinal, o planejamento é o antípoda do mercado, do caos, da anarquia que impera nos universos do liberalismo. Sem a ação de controle e alguma forma de restrição e policiamento do caos, a ordem social e, como parte dela, o urbano podem entrar em colapso. Os *habitus* são como certezas irrefletidas e consolidadas que produzem uma lógica, uma racionalidade prática, irredutível à razão teórica. São produto da aprendizagem e de um processo do qual já não temos mais consciência e se expressam como uma forma natural de ser e de pensar em um determinado contexto.

As rotinas de trabalho e os discursos do cotidiano do planejamento como governança

da cidade demonstram haver, entre os agentes dessa governança, significativas diferenças ideológicas e de percepção sobre o sentido de suas práticas. De fato, essas diferenças se exprimem, por exemplo, na definição do que é uma solução adequada para uma situação. Assim, por exemplo, enquanto para alguns a questão da habitação e a viabilização do acesso à moradia são o objeto central da governança urbana – uma forma de reduzir a injustiça e a exclusão social –, para outros, a habitação é um problema secundário, ante o imperativo do resgate da história e a recuperação dos espaços deteriorados da cidade. Apesar das diferenças, o que é homólogo entre as duas posturas é a crença na intervenção e na capacidade transformadora das propostas técnicas. O Plano Diretor Estratégico de São Paulo, promulgado em 2002 (PMSP, 2002), é um exemplo excepcional da antinomia entre o antagonismo ideológico e a confluência de *habitus*. Nessa experiência observa-se, de forma mais clara, o processo de integração de *habitus* homólogos com ideologias antagonicas em um único discurso. De um lado, impera o discurso da racionalidade técnica, impondo controles policialescos e restrições absolutas ao uso e à ocupação do solo, tudo em nome da funcionalidade do espaço do capital. De outro, são incluídas, de forma admirável, todas as disposições inovadoras do Estatuto da Cidade para constituir o discurso do planejamento democrático e da inclusão social. Por fim, como uma totalidade imanente a todas essas visões e discursos, paira a ideia de táticas e estratégias, algo assim como em um tom militar de conluio entre gerais, para delimitar a prerrogativa última do planejador de decidir o sentido do jogo.

• Hipótese 2: Os *habitus* do planejamento são saberes práticos inculcados por meio: 1) da inserção profissional do agente nas instituições públicas de governança; 2) do aprendizado tácito incorporado ao longo da prática profissional; 3) da educação formal.

No campo do planejamento como governança urbana, observa-se que os *habitus* específicos do campo desenvolvem-se e são incorporados de três maneiras. Primeiro, pelo trabalho profissional e o aprendizado tácito que se adquirem ao longo da prática. É o cotidiano da prática de enfrentamentos, do confronto com desafios, experimentando sucessos e fracassos, que o profissional de planejamento constrói uma forma de ser e de fazer que se constituirá no *habitus* do campo. Segundo Bourdieu, todo agente social que atua no interior de um campo procura ajustar seu esquema de pensamento, percepção e ação às exigências objetivas daquele espaço social. Para ele, o motor da ação repousa na relação entre o *habitus* e o campo. Assim, em um processo de ajustes, transformações e adequações dentro do campo, o agente social constrói sua prática. As experiências adquiridas nas interações se articulam com o aprendizado passado e se constituem em matriz geradora de saberes, que orienta a prática de governança do planejador. Bourdieu sustenta: “o conhecimento prático é uma operação de construção que aciona sistemas de classificação e estes por sua vez organizam a percepção, a apreciação que estruturam a prática” (Bourdieu, 2010). A prática de governança, assim constituída, define-se como uma forma de saber construída e incorporada ao longo de sua trajetória pessoal e profissional. Ao longo dessa trajetória, o planejador

incorpora saberes sobre como planejar, sobre as imagens e os papéis do planejador, sobre crenças e certezas de sua prática. O *habitus*, assim constituído, torna-se um produto de condicionamentos que levam o agente-planejador reproduzir as condições sociais de sua própria reprodução, o que se tornará o princípio gerador da ação de governança urbana. Segundo, os *habitus* são incorporados pela cultura (*habitus*) preexistente nas instituições governamentais nas quais o planejamento se realiza como ação pública. Nesses contextos há um discurso difuso, genérico, universal e consensual sobre a responsabilidade administrativa e social do planejar a cidade. O planejador no contexto da administração pública, pouco a pouco, incorpora uma percepção sobre sua missão como membro do *corpus publicus* e resume-se em um zelar pelo "bem comum", "pelo interesse público" e pelo "bem-estar geral". Estar na posição de agente do planejamento integrado à estrutura do estado significa trabalhar em função do interesse público (do estado). A "cultura da casa" (*habitus*) é outra maneira peculiar de assimilar o jogo do campo, que, no caso da de São Paulo, é marcado por um modo de fazer planejamento que tem como ponto de partida a visão sinótica, isto é, planejamento como processo que caminha de cima para baixo, no qual o ato do planejar tem sua gênese na elaboração de um Plano Diretor Estratégico que define as diretrizes gerais de desenvolvimento. A necessidade sinótica se constitui como parte de um conhecimento tácito, fruto de regras não escritas e integradas às práticas das instituições do governo. Não parece, aos olhos do planejador (*habitus*), que a prática possa ser diferente. Pela via do *habitus* o planejamento deve caminhar do geral (diretrizes globais) para

o particular (soluções locais), em um processo dedutivo que permita o controle e a articulação das propostas e ações.

Um terceiro modo de incorporação do *habitus* no planejamento é por meio da educação profissional e das diversas formas de inculcamento de um modo de pensar transmitida pelo meio acadêmico, institutos de pesquisa e universidades. Existem diversas correntes de pensamento dentro do meio científico acerca do que é planejamento e de seu papel social, político e ideológico. Essas correntes possuem premissas, axiomas e métodos introduzidos (inculcados) nos alunos através dos anos de formação, constituindo escolas ou culturas de planejamento, que determinarão a forma de ver, perceber e fazer o mesmo.

- Hipótese 3: O planejamento pode ser entendido como um *habitus* incorporado à prática, isto é, um conjunto de disposições e costumes que determinam o fazer do planejamento.

O planejamento como um *habitus* pode ser entendido como um conjunto de disposições definido por crenças, modos de pensar, de entender e de perceber. São suposições materializadas na forma de verdades, maneiras enraizadas de fazer e empreender a prática profissional. O *habitus* do planejar percebe o planejamento como um modo de gestão racional, estratégica, capaz de articular a ação administrativa para o controle integrado dos processos urbanos. Esse *habitus* entende que a ação do planejar deve partir de formulações gerais (diretrizes globais), incorporando as várias dimensões do território (usos do solo, transporte, habitação) para integrar e articular as ações dos diversos setores da regulação administrativa (setores de obras, saúde, transporte, cultura, infraestrutura). Da mesma maneira, fruto de

*habitus* já consolidados, o planejamento constitui jogo de repressão e tutela, no qual a ação de polícia é parte integral do planejamento. Inculcada no imaginário do planejador, há uma concepção de proteção do interesse público e um senso de responsabilidade social, motivado pelas ideias de zelo, vigília e comando. Sem o planejamento e sob a ação exclusiva das forças de mercado, a cidade se conflagra em caos. Vislumbra-se, então, a pertinência do poder regulatório e de regulação do planejamento para amenizar as disfunções, as injustiças sociais, as carências espaciais. Imagina-se que a competente intervenção do estado e as estratégias de luta dentro do campo possam promover a inclusão social no espaço, consolidar a função social da propriedade e garantir o direito à cidade.

Bourdieu afirma que cada campo possui uma *doxa* constituída pelo senso comum, expressando-se na forma de ideologia em que as circunstâncias são aceitas como "sendo assim mesmo". São percepções, apreciações e valores compartilhados por todos dentro do campo. No campo específico do planejamento, a *doxa* se estabelece em torno da ideia que o planejar deve ser um processo racional, estratégico e calculado, voltado para a resolução de impasses e manutenção das regras do jogo. Ele deve: dirigir, coordenar e regular e para isso deve coibir, restringir ou incentivar. Por isso, a *doxa* do planejamento incorpora, implicitamente, a ideia de "reprodução", porque ela se constitui a partir do ponto de vista da classe dominante, mas se apresenta como o interesse universal, pertencente a todos os membros do campo.

Os *nomos* são as regras gerais e estáveis que regulam o jogo no campo. No campo do planejamento essas regras estão vinculadas à

própria razão de ser do campo, ou seja: o planejamento existe para racionalizar as ações do governo, maximizar os benefícios, coibir situações indesejáveis, disciplinar as ações dos agentes, penalizar os desvios de conduta. Como regra geral, o planejamento existe para cumprir essas funções. Independentemente do sentido das ações (privilegiar a funcionalidade do mercado ou a distribuição social da renda), o *nomos* do planejamento é sempre agir por intermédio do estado, em nome do interesse público.

Em São Paulo, a política de uso e ocupação do solo, por exemplo, reproduz-se por *habitus* antigos, já consolidados, que foram incorporados aos modos de administrar o uso do território urbano. Esses *habitus* entendem o espaço da cidade como uma bricolagem de áreas especializadas (zonas de uso) e com densidades diferenciadas. O objetivo é regular o uso e a ocupação do território, tendo em vista manter e garantir a funcionalidade econômica da aglomeração e a reprodução das relações sociais. Por essa razão, na regulação do território, em São Paulo, considera-se normal, de praxe, e até tradição, isto é, entende-se como adequada e necessária a ação de controlar e disciplinar o modo como os usos se estabelecem e as atividades são exercidas no espaço urbano. Na visão (*habitus*) dos planejadores instalados no campo de governança burocrático, parece não haver outra forma de administrar o uso do solo senão pelos mecanismos da tutela e da violência simbólica da legislação punitiva. Dessa maneira, a condução do planejamento do uso do solo, em São Paulo, pode ser vista como um *habitus* arraigado nas estruturas mentais dos planejadores, assim como nas estruturas objetivas das instituições de governança urbana.

A legislação de zoneamento cumpre a função fundamental de fomentar (e perpetuar) a compreensão que o planejamento deve ser um instrumento de força, de polícia, para controlar os desvios, os anacronismos e as disfunções que os diversos usos criam entre si. A ideia de segregação do espaço em guetos de atividades e pessoas, assim como a de "proteção" de usos e "lugares" (zonas), daquelas atividades e pessoas indesejáveis e incômodas foi, e ainda é, um dogma (*habitus*) da tradição de planejamento em São Paulo. Embora esse *habitus* venha, aos poucos, transformando-se – fruto de lutas dentro do campo – e já se admita um território urbano mesclado de usos, as lutas ainda continuam no interior do campo do planejamento, pois não se admite o território urbano mesclado por classes sociais. A ideia (*habitus*) que o território deva ser dividido em áreas e zonas é ainda fundamental.

- Hipótese 4: O planejamento como um campo de forças e de posições é constituído por dois outros subcampos: o campo institucional-burocrático e o campo acadêmico-científico.

A hipótese indica a possibilidade de incluir-se, como parte do universo do planejamento, dois subcampos os quais, embora autônomos e separados, possuem circunstâncias homólogas, tal que, em momentos específicos, podem estar articulados e estabelecerem um processo de mútua realimentação. Nesses momentos o campo científico, que se ocupa da epistemologia do planejamento, atua como um avalista para garantir a legitimidade das propostas formuladas no campo burocrático. Não há dúvida que o urbano, como objeto de investigação, é parte integral do campo científico/acadêmico e, dentro desse, o "planejamento" se constitui como um microcosmo que

podemos chamar de campo epistemológico do planejamento. Os agentes desse campo, embora participem e estejam envolvidos com as práticas específicas do campo científico, desenvolvem reflexões e proposições teóricas acerca do objeto urbano, assim como das práticas de planejamento levadas a cabo no campo institucional-burocrático. Esses discursos são desenvolvidos na forma de explanações ou de métodos e servem para orientar a prática administrativa. Em regimes administrativos marcados por concepções político-ideológicas em formação ou afirmação no campo da política, esses subcampos podem se articular de modo a integrar agentes e discursos do campo científico a posições do campo institucional.

Dentro do subcampo da prática (burocrático) as disputas e rivalidades entre setores da burocracia são notórias. Há diferenças entre formas de fazer, métodos de operar e até fins a serem alcançados. Em jogo está o poder de dominar e acumular o capital produzido no campo. A aliança com o subcampo científico pode reforçar as posições dentro do campo burocrático. As lutas e conflitos no âmbito da sociedade são, em geral, transferidos para o universo do planejamento. Esse é o motivo de as lutas no interior do processo de governança estarem sempre sob a influência e pressões do cidadão e de políticos profissionais, externos ao campo. Nos conflitos envolvendo a população, emergem sempre questões sobre o que é e como devem ser exercidas as tarefas do planejamento como gestão pública.

- Hipótese 5: O campo do planejamento produz dois tipos específicos de valores (capitais) dos quais tanto o campo econômico como o campo político dependem. O planejamento tem o poder de legitimar as decisões

políticas por meio do discurso da racionalidade técnica e científica e de coordenar a distribuição do capital econômico pelo orçamento público). O poder de regulação e polícia, incorporado ao planejamento, atua também como um forte mecanismo de distribuição indireta e de redirecionamento de recursos (e cabedais).

A capacidade de legitimar as decisões políticas e de prover uma imagem menos arbitrária aos sectários acordos de "gabinete" é um dos mais cobiçados produtos do campo do planejamento e rende, conforme sugere Bourdieu, o capital simbólico. É a capacidade de produzir esse tipo de capital que permite ao planejamento articular propostas e justificar encaminhamentos essenciais para a eficácia da administração pública. O planejamento posto em prática pelos agentes torna-se uma forma de capital simbólico, pois constitui estratégia de dominação ao estabelecer condições, impor limites, formular premissas, propor objetivos que, pouco a pouco, se transformam no *nomos* de toda a população. O *nomos*, de acordo com Bourdieu, sintetiza a visão dominante que se impõe ao conjunto da sociedade (grupos dominados). Assim, ao apresentarem suas proposições sob a forma de "a cidade que queremos" ou "São Paulo não deve parar" ou "cidade saudável", os agentes do planejamento vão, de fato, definindo um conceito de cidade sintonizado aos interesses dominantes e expressa-se nos planos e nas políticas públicas. É possível afirmar que o *habitus* o qual comanda a prática (e a ciência) do planejamento pode incorporar visões, percepções e concepções de mundo que acabam por manipular valores, limitar objetivos e condicionar as diretrizes de ação.

No contexto da sociedade, o planejamento é um campo estratégico por produzir valores

de importância vital para as lutas nos demais campos sociais, pois é o *locus* onde se legitima a distribuição dos capitais econômicos públicos. O controle desse poder permite comandar várias formas de repartir o capital sobre o território, o que possibilita alterar o equilíbrio de forças e a acumulação de capitais entre os diversos agentes. Visto isso, lutas sociais intensas se desenrolam dentro do campo do planejamento, pois o modo de operar desse campo torna-se uma estratégia para mudar ou manter as relações de dominação dentro da sociedade.

• Hipótese 6: O planejamento é um campo especial na medida em que, de tempos em tempos, ele pode se tornar um "aparelho". Sendo o planejamento exercido dentro da estrutura do estado, sua prática torna-se diretamente dependente dos interesses dos grupos hegemônicos no poder.

Nessas situações, o planejamento é entendido como um campo instrumentalizado do campo político que o domina e impõe limites à sua autonomia. Não há lutas nem competição entre os agentes dentro do campo, e o planejamento se torna apenas uma máquina para produzir legitimações políticas. Normalmente, a atividade de planejamento é constituída por relações de trabalho hierarquizadas e dependentes de estruturas de poder externas ao campo. Tal condição restringe a autonomia do planejador e faz com que as ações de governança dependam de decisões tomadas em outros universos, isto é, nos campos das autoridades executivas e/ou legislativas. Nas circunstâncias históricas em que a autonomia do campo é reduzida, os conflitos entre os agentes são subsumidos e as relações sociais no campo transformam-se em uma espécie de "*pax universal*". Esses momentos se caracterizam

por regimes de governança autoritários, nos quais os agentes planejadores que possuem vinculação política com os grupos dominantes (externos) assumem o controle do campo, e o planejamento se torna apenas um instrumento executivo para desempenhar tarefas técnicas. Esses regimes são, de modo geral, marcados por administrações conservadoras nas quais predominam processos de decisão pouco transparentes e impostos de cima para baixo. Os planos e as políticas públicas elaborados nessas circunstâncias são enigmáticos, fechados e sectários, cabendo aos agentes em posição de interventores do campo forjar modelos justificativos.

## Conclusão

A contribuição fundamental de Bourdieu para o entendimento do planejamento como prática de governança urbana centra-se, a meu ver, na ideia de *habitus*, e seu confronto com uma situação específica da qual resulta a prática. Ou seja, não há verdades absolutas ou modelos

pré-concebidos da ação, pois a prática é a resposta do ator para a questão que se defronta no momento. No caso do planejamento, pode-se inferir que o *habitus* de planejar tempos históricos, lugares e situações diferenciadas é o que determina o *modus operandi* de grande parte da prática do campo do planejamento.

Planejamento definido como *habitus* é uma possibilidade e um campo que se abre para a pesquisa sobre a prática do planejamento. Nesse novo campo de estudos não há determinações dadas *a priori*, pois não há objeto prioritário ou permanente de análise. O foco não se concentra sobre as estruturas de planejamento nem sobre os atores sociais, mas sobre as relações dialéticas que se estabelecem entre eles. A formulação de Bourdieu possibilita entender o planejamento como um campo estruturado de forças e de práticas, permeado por *habitus* estruturados e estruturantes desse mesmo campo. O planejamento, assim definido, permite capturar a prática do planejar como um *habitus* que resulta da interiorização das estruturas (de planejamento) e as mudanças das mesmas como produto da ação de exteriorização das interioridades dos planejadores.

### **Nilton Ricoy Torres**

Arquiteto e Urbanista. Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Tecnologia de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. nrtorres@usp.br

## Referências

- BOURDIEU, P. (1984). *Questions de sociologie*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- \_\_\_\_\_ (1987). *Choses dites*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- \_\_\_\_\_ (1989). *La noblesse de l'état*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- \_\_\_\_\_ (1992). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- \_\_\_\_\_ (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2001). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2009). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2010). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo, Papirus.
- HILLIER, J. e ROOKSBY, E. (ed.) (2001). *Habitus: a sense of place*. Ashgate, Aldershot.
- KUHN, T. (1970). *The structure of scientific revolution*. Chicago, University of Chicago Press.
- PMSP (2002). *Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Lei n. 13.430, 13/9/2002*. São Paulo, Sempla/PMSP.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Planos regionais estratégicos e normas para o parcelamento, disciplina, uso e ocupação do solo*. Lei n. 13 13.885, 25/8/2004. São Paulo, Sempla/PMSP.
- WACQUANT, L. J. D. (2002). O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, n. 19, pp. 95-110.

Texto recebido em 31/ago/2011

Texto aprovado em 4/out/2011

